

VERIFICAÇÃO DA GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA DAS EMPRESAS DE SEGUROS BRASILEIRAS NO PERÍODO DE 2015 A 2017

VERIFICATION OF THE GENERATION AND DISTRIBUTION OF WEALTH OF BRAZILIAN INSURANCE UNDERTAKINGS IN THE PERIOD FROM 2015 TO 2017

Jerferson Freitas da Silva

Graduando em Ciências Contábeis pela Faculdade Católica do Rio Grande do Norte (Mossoró/Brasil)

E-mail: jerfersonfreitas111@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3192189838531441>

Antônia Wigna de Almeida Ribeiro

Mestra em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Natal/Brasil)

Professora e Coordenadora do curso de ciências contábeis na Faculdade Católica do Rio Grande do Norte (Mossoró/Brasil)

E-mail: wignna@hotmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8292822624915738>

Antonio Jorge Fernandes

Doutor em Economia Internacional e Desenvolvimento pela Universidade de Barcelona (Barcelona/Espanha)

Professor da Universidade de Aveiro (Aveiro/Portugal) e Professor da Universidade Potiguar (Natal/Brasil)

E-mail: afer@ua.pt

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3744209234492737>

Fausto Alexandre Vasconcelos Silveira

Mestre em Políticas Públicas e Gestão de Instituição do Ensino Superior pela Universidade Federal do Ceará (Fortaleza/Brasil)

Professor na Faculdade Católica do Rio Grande do Norte (Mossoró/Brasil)

E-mail: fausto.silveira5@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3662634488049166>

Recebido em: 09 de setembro de 2019

Aprovado em: 12 de novembro de 2019

Sistema de Avaliação: Double Blind Review

RGD | v. 17 | n. 1 | p. 129-147 | jan./abr. 2020

DOI: <https://doi.org/10.25112/rgd.v17i1.1715>

RESUMO

De forma geral há um consenso de que as instituições necessitam de meios que lhes sirvam de fontes de dados para que possam promover seus gerenciamentos com segurança. No Brasil, os instrumentos de gestão normatizados pela legislação societária são os demonstrativos contábeis financeiros. Alguns demonstrativos, por sua vez, apresentam significativa relevância no contexto econômico social. Verifica-se, portanto, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) como um demonstrativo financeiro que se adequa a esse tipo de informação. Nesse contexto, o objetivo principal desta pesquisa é apresentar a geração e a distribuição do valor adicionado gerado pelas organizações de capital aberto segmentadas como seguradoras e listadas na B3 (B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão), durante o período de 2015 a 2017. Para tanto, utilizou-se da pesquisa do tipo documental e descritiva, de natureza qualitativa, através de uma análise nas DVA's das instituições pesquisadas. Concluiu-se que o período de 2015 a 2017 propiciou uma queda na capacidade de gerar valor para as entidades seguradoras, dentre as quais, a companhia BB – Seguridade Participações S.A demonstrou maior capacidade de geração de riqueza, como também foi a que menos destinou o valor adicionado ao seu corpo de funcionários. Quanto à distribuição de valor notou-se que a maior parcela foi destinada à formação de reservas de lucros, sendo também uma considerável quantia destinada aos acionistas. De forma geral, o governo e os funcionários foram os que menos se beneficiaram do valor adicionado.

Palavras-chave: Geração e distribuição de riqueza. Demonstração do Valor Adicionado. Seguradoras da B3.

ABSTRACT

In general, there is a consensus that institutions need means that they serve as data sources so that they can promote their management with security. In Brazil, the standardized management tools for the corporate legislation, are the financial statements. Some statements, for your time, have significant relevance in the social economic context. Therefore, the Value Added Statement (VAS) is presented as a financial statement that is adequate for this type of information. In this context, the main objective of this research is to present the generation and distribution of the added value generated by publicly traded companies segmented as insurers and listed on the B3 (B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão), during the period from 2015 to 2017. For this purpose, the documentary and descriptive research of a qualitative nature was used, through an analysis in the VAS's of the research institutions. It was concluded that the period 2015 to 2017 caused a decrease in the capacity to generate value for the insurance companies. Among them, the company BB – Seguridade Participações S.A demonstrated greater capacity for wealth generation, but it was also the one that attributed the least added value to its employees. Regarding the distribution of value it was noted that the largest portion was destined for the formation of reserves, and also a good amount destined to the shareholders. In general, government and employees were the ones that benefited least from value added.

Keywords: Generation and distribution of wealth. Value added statement. Insurers of the B3.

1 INTRODUÇÃO

Almejando a maximização de resultados, as entidades e instituições buscam eficiências em suas ações, aprimorando suas técnicas, visando a obtenção de valores que proporcionem o aumento patrimonial e evitando desperdícios. Sendo assim, essa variação que pode acontecer na situação patrimonial da entidade, necessita de um controle fidedigno, que apresente dados reais, concretos e que possa transmitir confiabilidade aos seus administradores e aos seus acionistas em geral. Para tanto, os demonstrativos contábeis cumprem o seu papel de forma exemplar, fornecendo informações de suma importância para uma gestão eficiente e competente. É por meio desses demonstrativos, que se consegue apresentar a real situação de uma instituição, que seja ela do setor público ou do setor privado, em um determinado momento ou período de tempo.

Os demonstrativos contábeis obrigatórios, estão citados na legislação societária. Nesse contexto, destaca-se como objeto desta pesquisa científica, o demonstrativo intitulado de Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Sua elaboração é norteada em um dos regulamentos de auxílio ao correto desempenho da profissão contábil, denominado de Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A DVA tem a finalidade de apresentar a riqueza gerada por uma entidade, em um determinado período, bem como, evidenciar como está distribuída essa riqueza. Dessa forma, observa-se que alguns estudiosos, como Cunha (2002), Consenza (2003); Cunha, Ribeiro e Santos (2005), Scherer (2006), Siqueira (2007), Braga (2008), Santos e Silva (2009); Follmann, Paiva e Soares (2011), Almeida e Silva (2014); Dallabona, Kroetz e Mascarello (2014); Oliveira, Rech e Cunha (2015), consideram esse demonstrativo de cunho social e de grande valia para o desenvolvimento econômico das instituições.

Apesar de poder apresentar uma geração de recursos por possuir uma base de elementos que evidenciam as receitas arrecadadas, a DVA não é elaborada isoladamente de outros demonstrativos por possuir dados em comum com os mesmos. Com isso, a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), se torna um demonstrativo financeiro de origem, servindo de balizador para a formação da DVA.

Diante o exposto, e tendo em vista a elaboração dessa pesquisa científica em instituições do mercado financeiro, o objetivo desse trabalho é apresentar a geração e a distribuição do valor adicionado gerado pelas organizações de capital aberto segmentada como seguradoras e listadas na B3 (B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão) durante o período de 2015 a 2017. Dessa forma, procurou-se realizar uma análise socioeconômica das empresas. Dados que são suficientes para compreender como foi criado valor para a empresa e, de que forma tal valor foi distribuído.

2 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA) E CONTEXTO SOCIETÁRIO

Atualmente as empresas estão enfrentando um cenário com exigências heterogêneas, pautadas principalmente na sua responsabilidade perante o meio em que está inserida. Por um lado, tem-se os consumidores, que demandam por produtos fabricados dentro das normas socialmente responsáveis, por outro lado, tem-se os produtores e trabalhadores que demandam melhores condições de trabalho e de vida, sem abdicação da preservação do meio ambiente. Por esses motivos as empresas estão cada vez mais buscando técnicas sustentáveis, recorrendo aos preceitos da Responsabilidade Social Corporativa (RSC), promovendo uma interação ética e solidária com a sociedade (SILVA *et al.*, 2017).

De acordo com Alvarado (2015), Lizarzaburu (2014) e Chazireni (2007) RSC é o compromisso das empresas em contribuir para o desenvolvimento socioeconômico, melhorando a qualidade de vida de toda comunidade local e sociedade em geral. Segundo Freitas e Araújo (2009), ao adotar os preceitos da RSC a empresa demonstra sua preocupação no tratamento dos *stakeholders* (acionistas, funcionários, consumidores, fornecedores, comunidade, governo) de forma ética e sustentável, preocupando-se com seus públicos internos e externos. Assim, a RSC é vista como uma nova forma de gestão empresarial que norteia tanto suas políticas como suas relações.

Partindo desse pressuposto, torna-se imprescindível a adoção de novas metodologias que permitam uma maior disseminação e maior detalhamento de informações para a sociedade, a fim de demonstrar os benefícios agregados pela empresa. É nesse ponto que a contabilidade entra em cena, pois a partir de informações da empresa é possível elaborar diversos demonstrativos contábeis, dentre eles a DVA, a qual atua de maneira eficiente no contexto da RSC (SIQUEIRA, 2007).

A DVA surgiu segundo Cunha, Ribeiro e Santos (2005), na Europa, no entanto encontra-se referência no Tesouro Americano no século XVIII. O seu desenvolvimento na Europa deu-se de forma urgente, sendo essa urgência motivada pela adoção do Imposto sobre o valor Agregado. Foi a partir da década de 1970 no Reino Unido que a DVA ganhou destaque com a publicação em agosto de 1975 do *Corporate Report* pelo *Accounting Standards Steering Committee*, chamado atualmente de *Accounting Standards Committee*. Esse relatório sugeria, dentre outras coisas, a elaboração da DVA para demonstrar os benefícios e esforços que a empresa fez, bem como eles estão divididos pelos empregados, provedores de capital, estado e reinvestimentos.

Ainda segundo esses autores, a sugestão de elaboração desse demonstrativo foi muito bem aceita pelas entidades e logo foi incluída no relatório *The Future Of Company Reports*, de 1977, pelo Reino Unido. Atualmente encontra-se em conjunto as demais demonstrações.

Riahi-Belkaoui (2010), em seu livro *Wealth and Value Added: Reporting, Analysis, Prediction, and Taxation*, pauta que após a DVA ter ganhado popularidade, mais de um quinto das maiores empresas do Reino Unido passaram a praticar a divulgação do valor adicionado, refletindo então, a preocupação derivada da repercussão que as atividades exercidas internamente pelas empresas poderiam causar sob a ideia de responsabilidade social.

Diante essa evolução países como Inglaterra, Portugal, França, Alemanha e Itália, passaram a utilizar bastante o mais novo relatório. Essa utilização se deu por tratar de uma ferramenta rica em informações de caráter econômico e social, motivo pelo qual se tem aumentado a demanda em nível internacional (DALMÁCIO, 2004).

Staden (2000) descreve a DVA como a forma mais fácil de colocar o lucro na perspectiva adequada em relação a todo esforço coletivo que há em uma empresa. Acrescenta ainda que a elaboração e apresentação dessa demonstração demonstra que a organização não é impulsionada apenas pelo lucro, mas pelo bem comum de todos que dela participam.

Esse demonstrativo atende muito bem ao critério exigido pela sociedade, desde que elaborada e divulgada de forma correta. Tendo em vista que nessa demonstração a riqueza gerada pela empresa é distribuída entre os agentes econômicos que colaboraram para constituição de tal riqueza (MANDAL; GOSWAMI, 2008).

Nesse contexto, percebe-se que a DVA atribui conhecimento para sociedade de como a organização está gerando riqueza, seja para os colaboradores internos, seja para a sociedade.

2.1 OBRIGATORIEDADE DA DVA NO BRASIL

A partir da aplicação da lei n° 11.638/07 várias mudanças ocorreram no cenário brasileiro, dentre elas, as alterações na legislação das sociedades anônimas n° 6.404/76, que impôs a elaboração e divulgação da DVA para todas as companhias de capital aberto no território brasileiro a partir do exercício de 2008.

Com a intenção de regularizar a apresentação dessa demonstração, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu o Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, sendo aprovado pela Deliberação CVM n° 557, de 12 de novembro de 2008, com o objetivo de orientar as companhias a elaborar e divulgar a sua nova demonstração.

De acordo com o item 5 do CPC 09, a DVA tem como objetivo, evidenciar aos usuários das demonstrações contábeis como a entidade gerou riqueza em um dado período e como estas riquezas foram distribuídas entre os agentes contribuintes (empregados, financiadores e governo). Exposta no item 12 do CPC 09, possibilita uma melhor avaliação de como a organização contribuiu para a sociedade,

cooperando na decisão de recebimento por uma comunidade (Município, Estado e a própria Federação) de certo investimento.

Para Fregonesi (2009) tem como objetivo discriminar o que a empresa agregou de riqueza para a economia local e como tal riqueza foi distribuída. Tendo em vista que a empresa utiliza recursos humanos, físicos e tecnológicos, que pertencem as pessoas e portando à sociedade. Dessa maneira essa demonstração tem como objetivo remunerar os *stakeholders*, ou seja, o valor adicionado será a fonte de remuneração de empregados, governo, capital de terceiros e capital próprio.

2.2 ESTRUTURA E ELABORAÇÃO

De acordo com o CPC 09 existem três modelos para a elaboração da DVA. O primeiro, para empresas em geral; o segundo, para instituições financeiras bancárias; e o terceiro, para seguradoras. Para tanto este pronunciamento deixa claro que os modelos são apenas indicativos, podendo ser modificados para maior transparência das informações

Dessa maneira, a elaboração e apresentação da DVA devem seguir as orientações do CPC 09 a seguir:

- (a) elaborada de acordo com o princípio da competência;
- (b) apresentada de forma comparativa;
- (c) elaborada com base nas demonstrações consolidadas;
- (d) nesse caso incluir a participação dos acionistas não controladores no componente relativo à distribuição do valor adicionado;
- (e) consistente com a demonstração do resultado e conciliada em registros auxiliares mantidos pela entidade; e
- (f) objeto de revisão e auditoria quando a empresa possuir auditores externos independentes para auditoria de suas demonstrações contábeis.

Mandal e Goswami (2008) comentam que a DVA geralmente é dividida em duas partes, a geração da riqueza e a distribuição da riqueza. A primeira demonstra como foi gerada a riqueza com os seguintes itens: a) receitas, b) insumos adquiridos de terceiros, c) valor adicionado recebido em transferência. Já a segunda parte evidencia como a riqueza foi distribuída entre os agentes econômicos que contribuíram para sua formação. Nessa perspectiva o CPC 09 aponta o detalhamento mínimo que deve ser adotado, da seguinte forma: a) pessoal e encargos, b) impostos, taxas e contribuições, c) juros e aluguéis, d) Juros sobre capital próprio (JCP), e) lucros retidos/prejuízos do exercício.

A DVA em sua maioria é elaborada através da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), porém não podem ser confundidas. Para Ricarte (2005), a segunda tem como finalidade mostrar o resultado

lucro/prejuízo do exercício, com foco voltado para os acionistas, enquanto a primeira busca evidenciar a distribuição da riqueza gerada pela empresa, com foco voltado a responsabilidade social. Chagas e Machado (2012) no mesmo raciocínio relatam que esta demonstração proporciona melhores relações com os *stakeholders*, visto que os resultados de uma organização não são de interesse apenas dos acionistas, mas também do mercado de modo geral. Pois uma empresa não pode operar se importando somente com o interesse dos acionistas, dado que esta tem uma função para com a sociedade.

Assim, pode-se dizer que a DVA surgiu não para desqualificar as demais demonstrações, mas para complementá-las, uma vez que esta demonstração abrange um maior número de interessados ao apresentar informações tanto com enfoque econômico como social.

2.3 ESTUDOS RELACIONADOS

Tendo em vista a relevância desse novo relatório contábil, este tópico apresenta pesquisas de 2002 a 2015, o qual autores passaram a investigar a DVA em diversas perspectivas e diversos objetivos.

Cunha (2002) buscou, junto a 198 empresas brasileiras, avaliar o poder de aferição representado pela DVA, no que concerne as informações sobre a geração e distribuição da riqueza gerada, bem como a relação entre a variação da riqueza gerada e sua distribuição com funcionários. Concluiu que o número médio de pessoas empregadas nas empresas participantes da amostra, apresentou queda tanto no ramo industrial quanto no de serviços, onde apresentou maior oscilação negativa no valor adicionado distribuído por empregado. Constatou ainda, que as empresas consideradas maiores geradoras de riquezas, não são as que distribuem maior remuneração aos seus funcionários.

Cosenza (2003) analisou a utilidade da informação do valor adicionado e concluiu que DVA pode ser vista como um excelente instrumento de análise, principalmente quando a questão é comparativa, pois com base nela pode-se se chegar ao montante da riqueza gerada, por aqueles que direta ou indiretamente colaboraram para a criação de valor, e ainda como foi distribuída entres estes.

Cunha, Ribeiro e Santos (2005) buscaram avaliar, junto a 416 empresas listadas no cadastro da FIPECAFI, o poder informativo da DVA no contexto da formação e distribuição de riqueza pelos agentes econômicos. Por fim concluíram que a DVA possibilita saber quanto cada empresa criou de riqueza e como a distribuiu aos seus criadores, abrange maior número de usuários quando comparada a DRE, é de fácil interpretação, ótimo instrumento de análise e comparação e possibilita ainda ter conhecimento de quais agentes mais contribuíram para a criação da riqueza.

Scherer (2006) avaliou se o valor adicionado líquido para distribuição de riqueza é relevante para os investidores da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA. Concluiu que a DVA possui sua relevância como fonte de informações para os investidores, que buscam uma maior gama de dados para fundamentar suas decisões de investimento.

Siqueira (2007) analisou os problemas na utilização da DVA como canal de comunicação com a sociedade para reportar a responsabilidade social das empresas e comprovou em seus estudos que são notórios vários pontos positivos, porém há algumas limitações em seu uso, segregados em dois grupos: conjunturais e estruturais. Tais limitações residem principalmente na ambiguidade informativa existente nos números oferecidos pela demonstração.

Braga (2008) buscou comparar a distribuição da riqueza entre as empresas estatais e privadas brasileiras que publicaram suas DVA's entre 2002 e 2006, período em que a publicação da demonstração não era obrigatória e verificaram diferença no perfil de distribuição entre os dois tipos de empresas para Impostos, taxas e contribuições e Acionistas, já que as empresas privadas buscam a maximização do lucro e as estatais, por objetivos sociais.

Santos e Silva (2009) tiveram como objetivo analisar a distribuição do valor da riqueza gerada através da Demonstração do Valor Adicionado, no setor de telefonia do Brasil, nos anos de 2007 e 2008. Suas conclusões foram que a DVA evidencia de forma transparente o valor gerado pelas organizações, ou seja, a riqueza gerada pelas atividades operacionais da empresa e como foi distribuída e acrescenta ainda, que não se deve confundir com a DRE, que tem como objetivo principal mostrar o resultado e como foi gerado esse resultado, enquanto a DVA revela informações ao público externo de como a empresa está contribuindo para a sociedade.

Follmann, Paiva e Soares (2011) avaliaram a distribuição do valor adicionado das sociedades anônimas de capital aberto do segmento de Novo Mercado. Concluíram que em 2008 a maior parte da riqueza gerada foi destinada para pessoal, em 2009, a maior parcela da distribuição foi para Impostos, Taxas e Contribuições, sendo os setores com maior representação Telecomunicações e Utilidade Pública.

Almeida e Silva (2014) buscaram verificar a qualidade das DVAs, do ponto vista da comparabilidade, referentes ao exercício de 2011, elaboradas pelas companhias abertas industriais, comerciais e prestadoras de serviço. Através da análise das DVAs observou-se que são divulgados alguns itens que não fazem parte da estrutura definida pela norma contábil, justificando-se pela postura do próprio CPC. Também foram verificadas algumas inconsistências nas elaborações das DVA, comprometendo sua qualidade em todos os aspectos, não só do ponto de vista da comparabilidade. Visto que quando há erros na elaboração da informação contábil, esta deixa de ser útil aos seus usuários por não refletir o fenômeno que se propõe a apresentar.

Dallabona, Kroetz e Mascarello (2014) avaliaram a relação entre os indicadores de desempenho e o valor adicionado distribuído aos agentes colaboradores na formação de riqueza de empresas listadas na BM&FBovespa em 2010 e 2011. Percebeu-se que o ativo total e/ou a receita das empresas analisadas possuem significância em todos os agentes analisados, e ainda que o valor da receita tem relação direta com o valor destinado a empregado, governo, capital próprio e capital de terceiros

Oliveira, Rech e Cunha (2015) buscaram verificar a relação entre Índice de Desenvolvimento Humano nos municípios e a distribuição de riquezas evidenciadas por empresas de capital aberto da BM&FBOVESPA. Percebeu através dos resultados que Não há associação entre o índice de desenvolvimento humano dos municípios da amostra com o valor adicionado evidenciado.

3 METODOLOGIA

A fim de atingir ao objetivo proposto, o presente estudo se utiliza da pesquisa do tipo descritiva e documental e faz uso da técnica de análise de documentos, uma vez tenha buscado nos relatórios fornecidos pelas empresas em evidência as respostas sobre a geração e distribuição de sua riqueza. Segundo Gil (2017) a pesquisa descritiva busca descrever uma determinada população, como também avaliar possíveis relações entre variáveis. Enquanto a pesquisa documental utiliza-se de materiais o qual ainda não receberam um tratamento analítico.

Quanto a abordagem da pesquisa, segue a tipologia qualitativa, pois embora a coleta de dados exija a utilização de quantificações, a análise depende inteiramente do esforço intelectual dos autores, sem a utilização de métodos estatísticos. Prodanov e Freitas (2013) considera abordagem qualitativa aquela que possui o ambiente como fonte direta para coleta de dados, e o instrumento-chave é o próprio pesquisador.

A amostra compreende as empresas seguradoras listadas na B3, que divulgaram seus relatórios contábeis-financeiros individuais no *site* da CVM – Comissão de Valores Mobiliários, no período de 2015 a 2017. São elas: Porto Seguro S.A.; Cia Seguros Alianca da Bahia; BB Seguridade Participações S.A.; Consorcio Alfa de Administração S.A.; IRB-Brasil Resseguros S.A.; e Sul America S.A. As análises são com base nos relatórios contábeis-financeiros individuais, e não consolidados, pois acredita-se que assim evitar-se-á o erro de inferir resultados a partir de informações duplicatas, o que colocaria em dúvida a fidedignidade da pesquisa.

As informações foram extraídas das DVA's e dos Balanços Patrimoniais das companhias supracitadas. Para chegar aos índices de geração e distribuição da riqueza gerada, serão utilizadas as fórmulas apontadas por Martins *et al.* (2013), conforme apresentadas no Quadro 1 logo a seguir:

Quadro 1. Indicadores de Geração e Distribuição de Riqueza.

Indicadores	Fórmulas
Geração de riqueza	$IGR = \frac{\text{Valor Adicionado Total a Distribuir}}{\text{Ativo Total}} \times 100$
Distribuição de riqueza com pessoal	$DRP = \frac{\text{Gastos com pessoal}}{\text{Valor Adicionado Total a Distribuir}} \times 100$
Distribuição de riqueza com governo	$DRI = \frac{\text{Gastos com Impostos, Taxas e Contribuições}}{\text{Valor Adicionado Total a Distribuir}} \times 100$
Distribuição de riqueza com credores	$DRCT = \frac{\text{Gastos com Remuneração de Capital de Terceiro}}{\text{Valor Adicionado Total a Distribuir}} \times 100$
Distribuição de riqueza com acionistas	$DD = \frac{\text{Gastos com Dividendos}}{\text{Valor Adicionado Total a Distribuir}} \times 100$
Distribuição de riqueza com reservas de lucros	$DRLR = \frac{\text{Gastos com Lucros Retidos}}{\text{Valor Adicionado Total a Distribuir}} \times 100$

Fonte: Adaptado de Martins et al. (2013).

Na seção a seguir serão apresentados os resultados, seguidos das análises, a partir da obtenção dos referidos índices.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Tabela 1 apresenta os resultados da organização Porto Seguro S.A, que mostra uma oscilação de seu índice de geração de riqueza para os períodos entre 2015 e 2017. Destaca-se uma notória queda do IGR para o período 2016, que, curiosamente, apresenta um maior índice de distribuição de riqueza com seu corpo de funcionários justamente no exercício em que sua capacidade gerar riqueza foi menor.

Tabela 1. Porto Seguro S.A - PORTO SEGURO

Indicadores*	Resultados (%)				
	2015	2016	2017	Média	Desvio padrão
IGR	14,85	12,93	14,32	14,03	0,99
DRP	1,64	2,00	1,82	1,91	0,12
DRI	1,87	3,32	4,67	3,28	1,40
DRCT	0	0,6	0,64	0,41	0,35
DD	38,9	39,4	43,25	40,51	2,38
DRLR	57,58	54,64	49,6	53,94	4,03

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

*Legenda: IGR – Indicador de Geração de Riqueza; DRP- Distribuição de riqueza com funcionários; DRI-Distribuição de Riqueza com impostos taxas e contribuições; DRCT – Distribuição de Riqueza com credores externos da empresa; DD – Distribuição de Riqueza com acionistas por meio dos juros sobre os capitais próprios; DRLR – Distribuição de riqueza para formação de reservas ou prejuízos acumulados.

Por outro lado, os indicadores de distribuição de riqueza com o governo, na forma de impostos, taxas e contribuições, só cresceram durante o período em análise, bem como os indicadores de distribuição de riqueza com credores e com seus acionistas. Na contramão desses resultados, observa-se que a organização em questão optou pela redução da distribuição de valor adicionado para a formação de reservas, contudo, esta é maior fatia da riqueza gerada pela companhia em todos os períodos

A Tabela 2 evidencia a geração de riqueza da Cia Seguros Aliança da Bahia e sua distribuição entres seus colaboradores. Observa-se que no ano de 2015 a empresa apresenta índice de geração de riqueza de 17,83%, em 2016 há um sensível aumento para 18,92%, porém reduz para 11,64% em 2017, necessitando de uma melhor adequação nos seus investimentos em ativos para chegar aos patamares obtidos nos anos anteriores.

Houve uma redução do primeiro para o segundo ano na distribuição do valor adicionado para o pessoal, no entanto, em 2017 foi presenciado um significativo aumento chegando a 26,47%. Apresenta-se uma média de 19,72% acompanhada de um desvio padrão de 5,90 que demonstra justamente a discrepância da distribuição que vem ocorrendo no decorrer dos anos.

Tabela 2. Cia Seguros Aliança da Bahia - SEG AL BAHIA

Indicadores	Resultados (%)				
	2015	2016	2017	Média	Desvio padrão
IGR	17,83	18,92	11,64	16,13	3,92
DRP	17,24	15,47	26,47	19,72	5,90
DRI	6,20	6,65	6,56	6,47	0,23
DRCT	21,82	20,30	28,47	23,53	4,34
DD	13,11	14,16	9,06	12,11	2,69
DRLR	41,61	43,41	26,42	37,14	9,33

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

No que se refere ao gasto impostos, taxas e contribuições, o percentual de participação no valor adicionado variou de 2015 para 2016 em 0,45% e de 2016 para 2017 em 0,9%. Aos acionistas a parcela direcionada foi de 12,11%, e a maior parte da riqueza foi destinada para remuneração de capital de terceiros e reservas de lucros, com médias de 23,53% e 37,14% respectivamente.

A Tabela 3 mostra a distribuição da riqueza gerada pela organização BB Seguridade, onde se verifica um declínio na geração de riqueza no decorrer dos períodos em análise. No que tange a distribuição aos empregados, observa-se um declínio, reduzindo de 1,03% (2015) para 0,40% (2017).

Tabela 3. BB Seguridade Participações S.A – BB SEGURIDADE

Indicadores	Resultados (%)				
	2015	2016	2017	Média	Desvio padrão
IGR	46,08	42,75	38,10	42,13	4,00
DRP	1,03	0,85	0,40	0,76	0,32
DRI	0,58	0,31	0,14	0,34	0,22
DRCT	0	0	0	0	0
DD	79,12	79,91	83,80	80,84	2,50
DRLR	19,78	17,16	14,57	17,17	2,60

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Aponta-se um declínio na distribuição ao governo durante os anos, o qual apresenta uma média de 0,34%. Já no que concerne à distribuição de riqueza a terceiros, observa-se que a empresa destinou parcela de seu valor adicional para esse grupo.

Nota-se que a maior parte do valor adicionado foi distribuído aos acionistas, cuja média é de 80,84%, na sequência tem-se as reservas de lucros, com média de 17,17%. O baixo desvio padrão apresentado nesses itens mostra que não houve grandes oscilações de 2015 para 2017.

Observando a Tabela 4 da organização Consorcio Alfa de Administração S.A, que evidencia a distribuição do valor adicionado entre os agentes geradores desse valor, constata-se que a riqueza reduziu de 2015 para 2017, com índices de 6,78%, 6,11% e 4,95% respectivamente.

Tabela 4. Consorcio Alfa de Administração S.A – ALFA CONSORC

Indicadores	Resultados (%)				
	2015	2016	2017	Média	Desvio padrão
IGR	6,78	6,11	4,95	5,94	0,92
DRP	3,79	4,14	5,08	4,33	0,66
DRI	2,05	0,54	0,68	1,09	0,83
DRCT	8,80	9,34	11,04	9,72	1,16
DD	5,84	6,61	8,03	6,82	1,11
DRLR	88,30	88,68	86,18	87,72	1,34

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Em relação a distribuição com pessoal, houve aumento, variando de 2015 para 2017 em aproximadamente 34%. O recolhimento por parte do governo vem diminuindo no decorrer dos períodos estudados, apresentando média de 1,09%. Verifica-se também que o uso de capital de terceiros aumentou, todavia pode-se observar através do desvio padrão de 1,16 que não ocorreu grandes variações de um ano para o outro.

Nota-se também que os acionistas foram beneficiados em 2015 com 5,84% elevando para 6,61% (2016) e 8,03% (2017). Entretanto constata-se que a maior preocupação da empresa está em constituir as reservas de lucros.

A Tabela 5 traz os indicadores da companhia Irbrasil RE. Vê-se mediante o indicador IGR que a geração de riqueza em relação ao ativo foi de 9,01%, apresenta um aumento de aproximadamente dois pontos percentuais no exercício seguinte e sofre uma queda em 2017, com um IGR de 10,31%, contudo, mostra-se com uma maior capacidade de geração de riqueza em relação ao primeiro ano.

O percentual distribuído ao pessoal decaiu de 12,23% em 2015 para 9,85% em 2017. Detecta-se que a maior parte da riqueza gerada foi destinada ao governo, em média 30,09%, através de pagamentos de impostos, taxas e contribuições.

Tabela 5. IRB-Brasil Resseguros S.A – IRBRASIL RE

Indicadores	Resultados (%)				
	2015	2016	2017	Média	Desvio padrão
IGR	9,01	11,16	10,31	10,16	1,08
DRP	12,23	9,63	9,84	10,56	1,44
DRI	28,49	34,39	27,40	30,09	3,76
DRCT	0	0	0	0	0
DD	22,17	27,50	0	16,55	14,58
DRLR	23,43	12,49	46,34	27,42	17,27

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Não houve valor destinado a remuneração de capital de terceiros nos períodos em análise. Foi distribuído 22,17% em 2015 e 27,50% em 2016 com dividendos, todavia, no terceiro ano (2017), estes não foram beneficiados; é importante destacar que a média de 16,55% não é constante, isso fica claro ao observar o desvio padrão de 14,58. Por seguinte foi atribuído em média 27,42% às reservas de lucros.

A Tabela 6 apresenta os índices da companhia Sul America S.A, onde é possível observar que o exercício mais eficaz na geração de riqueza foi o de 2015, o que mostra uma tendência a queda de seu IGR ao longo do tempo.

Tabela 6. Sul America S.A – SUL AMERICA

Indicadores	Resultados (%)				
	2015	2016	2017	Média	Desvio padrão
IGR	15,74	12,83	12,67	13,74	1,72
DRP	0,51	0,60	0,53	0,54	0,04
DRI	2,47	1,48	3,49	2,48	1,00
DRCT	14,23	16,17	14,01	14,80	1,18
DD	13,13	9,48	6,73	9,78	3,21
DRLR	61,75	60,73	60,38	60,95	0,71

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

O DRP mostra uma menor parcela de distribuição aos funcionários da companhia, com um percentual médio de 0,54% e um desvio padrão de 0,04. Coube ao governo 2,47% em 2015, percentual que sofreu alterações para mais, chegando a 3,49% em 2017. O valor adicionado em sua maioria foi destinado as reservas de lucro (60,95%), seguido de capital de terceiros (14,80%) e distribuição com dividendos (9,78%).

Numa análise macro do setor de seguros, pode-se dizer que o período de 2015 a 2017 propiciou uma queda na capacidade de gerar valor para as entidades seguradoras. Vale destacar que a BB Seguridade Participações, embora tenha demonstrado maior capacidade de gerar riqueza, foi a que menos destinou o valor adicionado para com o grupo "Pessoal". Como mostra a Tabela 7, no que se refere à distribuição da riqueza gerada, é notória a preocupação com a destinação de recursos para a formação das reservas de lucros – das seis companhias analisadas, quatro delas destinaram uma maior parcela para a formação dessas reservas.

Tabela 7 – Média da Geração e Distribuição de Riqueza das Empresas Seguradoras Brasileiras

Companhia	IRG	DRP	DRI	DRCT	DD	DRLR
Porto Seguros S.A.	14,03	1,91	3,28	0,41	40,51	53,94
Cia de Seguros Aliança da Bahia	16,13	19,72	6,74	23,53	12,11	37,14
BB Seguridade Participações S.A.	43,13	0,76	0,34	0	80,84	17,17
Consórcio Alfa de Administração S.A.	5,94	4,33	1,09	9,72	6,82	87,72
IRB – Brasil Resseguros S.A.	10,16	10,56	30,09	0	16,55	27,42
Sul América S.A.	13,17	0,54	2,48	14,80	9,78	60,95
Média	17,09	6,30	7,33	8,07	27,76	47,39

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Uma significativa destinação à remuneração do capital próprio pode ser confirmada pela parcela destinada à distribuição de dividendos. Nota-se que todas as companhias analisadas destinaram uma generosa fatia na distribuição de sua riqueza para esse indicador. O destaque vai para a BB Seguridade Participações que apresentou média de 80,84 para a DD.

A remuneração de empregados não parece ser uma preocupação latente dessas companhias, o que pode levar a uma discussão sobre responsabilidade social empresarial. Também não há grandes investimentos com recursos de credores nesse setor. Já a distribuição de riqueza com o governo, com exceção da IRB – Brasil Resseguros, não se pode dizer significativa a parcela a ele destinada. Percebe-se que, em média, esses foram os dois grupos que menos se beneficiaram do da riqueza gerada por essas empresas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa proporcionou ampliar a compreensão de que a Demonstração do Valor Adicionado, bem como seus componentes, permite fazer uma análise socioeconômica da organização. Pois através da análise feita neste estudo dos indicadores extraídos das DVA's no período de 2015 a 2017, pode-se perceber a capacidade de geração de riqueza de cada empresa, bem como onde estão sendo aplicados os recursos gerados por elas, dessa forma, observar o retorno que essas empresas deram à sociedade.

A partir das análises realizadas é possível afirmar que a empresa BB Seguridade Participações S/A foi a que apresentou maior capacidade quanto a geração de riqueza e um percentual médio de 43,13, muito elevado em relação as demais.

Quanto a distribuição da riqueza, observou-se uma grande preocupação dessas empresas com a constituição de reservas de lucros, visto que quatro delas destinaram a maior fatia de recursos para esse grupo.

Ainda com relação a distribuição, o governo e os empregados foram os grupos menos beneficiados com a riqueza gerada, notório pelos baixos índices apresentados.

Como já mencionado, o objetivo desse trabalho foi apresentar a geração e a distribuição do valor adicionado gerado pelas organizações de capital aberto segmentada como seguradoras e listadas na B3 durante o período de 2015 a 2017. Para tanto, foi evidenciado a geração e a destinação do valor para os agentes que contribuíram para sua geração durante o período de 2015 a 2017.

É possível ainda utilizar os indicadores extraído dessa demonstração junto a outros para a tomada de decisão, pois com os resultados aqui obtidos é possível, por exemplo, decidir em qual empresa investir, posto que, o mercado é muito diversificado quanto a investidores e optar por organizações que apresentam os melhores resultados econômicos podem não serem o alvo principal destes.

Por fim, sugere-se futuros estudos como por exemplo, estudar se há relação entre a distribuição do valor agregado, ou ainda, buscar uma análise em um período de tempo mais longo, a fim de compreender o desenvolvimento das empresas ao logo do tempo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. L.; SILVA, A. H. C. Demonstração do Valor Adicionado (DVA): Uma análise de sua comparabilidade após tornar-se obrigatória no Brasil. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 19, n. 1, p. 95-110, 2014.

ALVARADO, T.E.G. Rasgos de la responsabilidad social en las empresas española, argentina y mexicana participantes en AI-Invest. **Revista Universitária Europeia**, n. 22, p. 125-146, 2015.

BRAGA, P. T. S. **Demonstração do valor adicionado (DVA)**: um estudo comparativo do perfil de distribuição de riqueza pelas empresas estatais e privadas do Brasil. Natal, 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis)- Programa Multiinstitu e Interregional de Pós Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

BRASIL. **Lei n.º 11.638**, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm. Acesso em: 28 mai. 2018.

SIERRA, A. I. C. Responsabilidad social: un valor añadido para las empresas, un criterio de discriminación positiva para los consumidores. **CIRIEC-España, revista de economía pública, social y cooperativa**, n. 53, p. 65-77, 2005.

HAZIRENI, B. **An investigation into corporate social responsibility on sustainable growth of wholesale and retail SMEs: a case study of Ethekewini Municipal Region**. 2017. Tese de Doutorado.

COSENZA, J. P. A eficácia informativa da demonstração do valor adicionado. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 14, n., p. 07-29, 2003.

CPC. COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 09**: Demonstração do valor adicionado. 2008. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamentos?Id=40> . Acesso em: 28 mai. 2017.

CUNHA, J. V. A.; RIBEIRO, M. S.; SANTOS, A. D. A demonstração do valor adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza. **Revista Contabilidade & Finanças-USP**, v. 16, n. 37, p. 7-23, 2005.

CUNHA, J. V. A. **Demonstração contábil do valor adicionado-DVA**: um instrumento de mensuração da distribuição da riqueza das empresas para os funcionários. 2002. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

DALLABONA, L. F.; KROETZ, M.; MASCARELLO, G. Relação entre os indicadores de desempenho e o valor adicionado distribuído aos agentes colaboradores de empresas listadas na BM&FBovespa. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 13, n. 39, p. 49-63, 2014.

DALMÁCIO, F. Z. Indicadores para análise da Demonstração do Valor Adicionado. **Revista Brasileira de Contabilidade**, v. 1, n. 1, p. 88-97, 2004.

CHAGAS, R. R.; MACHADO, J. H. Geração e distribuição de valor adicionado no setor de papel e celulose. **Revista de Iniciação Científica da Libertas**, v. 2, n. 2, p. 70-84, 2012.

FOLLANN, D. A.; PAIVA, K. S. E.; SOARES, S. V. Distribuição do Valor Adicionado nas Empresas do Novo Mercado: Análise Setorial da Destinação da Riqueza em 2008 e 2009. **Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v.1, n. 2, 101- 117, 2011.

FREGONESI, M. S. F. A. **Investimentos socioambientais na demonstração do valor adicionado: formação ou distribuição do valor adicionado?**. 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

FREITAS, E. C.; ARAÚJO, M. P. Universidade e Empresas: agentes de inovação e conhecimento para práticas da responsabilidade social. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, v. 6, n. 1, p. 35-45, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LIZARZABURU, E. R. Corporate social responsibility and stakeholder strategies: an impact in risk management. **Journal of Research in Marketing**, v. 2, n. 1, p. 98-105, 2014.

MANDAL, N.; GOSWAMI, S. Value added statement (VAS): A critical Analysis. **Great Lakes Herald**, v. 2, n. 2, p. 98-120, 2008.

MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A.; IUDÍCIBUS, S. **Manual de Contabilidade Societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CFC**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

OLIVEIRA, M. S.; RECH, I. J.; CUNHA, M. F. Relação Entre a Distribuição de Riqueza Apresentada na DVA e o IDH-M dos Municípios Sede de Empresas Abertas. In: **XV Congresso USP Controladoria e Contabilidade**, São Paulo, SP, Brasil. 2015.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. D. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIahi-BELKAoui, A. **Wealth and Value Added: Reporting, Analysis, Prediction, and Taxation**. 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Ahmed_Riahi-Belkaoui/publication/247621754_Usefulness_of_value_added_reporting_A_review_and_synthesis_of_thr_literature/links/55c3368508aea2d9bdc00287/Usefulness-of-value-added-reporting-A-review-and-synthesis-of-the-literature.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2018.

RICARTE, J. G. Demonstração do valor adicionado. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 4, n. 10, p. 49-69, 2005.

SANTOS, M. I. C.; SILVA, M. S. Utilização da Demonstração do Valor Adicionado-DVA como ferramenta na medição da riqueza no setor de telefonia no Brasil. **Pensar contábil**, v. 11, n. 46, p. 39-45, 2009.

SCHERER, L. M. **Valor adicionado**: análise empírica de sua relevância para as companhias abertas que publicam a demonstração do valor adicionado. 2006. Tese (Doutorado em Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2006.

SILVA et al. Responsabilidade social corporativa na produção de cacau: análise das ações da indústria de chocolate. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, v. 15, n. 1, p.183-204, 2017.

SIQUEIRA, J. R. M. DVA: Vantagens e limitações de seu uso como instrumento de avaliação da estratégia social corporativa. **Revista del Instituto Internacional de Costos**, v.1, n. 1, p. 116-140, 2007.

VAN STADEN, C. J. The value added statement: bastion of social reporting or dinosaur of financial reporting? **Massey Discussion Paper**, n. 200. Mar., 2000. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=611302>. Acesso em: jul. 2018.